

Domingo, 9 de janeiro de 2022

## Cresce no Brasil mobilização para greve de servidores públicos federais

Após o anúncio da aprovação da Lei Orçamentária 2022, pelo Congresso Nacional, que oficializou um reajuste para os policiais, mas deixou de fora os servidores civis de todas as esferas administrativas, a CNTSS e toda sua base, bem como outras categorias de funcionários públicos, têm se mobilizado para articular diversas ações nacionais para mostrar a insatisfação dos servidores públicos com este desgoverno.

Considerando que tal medida causou indignação entre todos os trabalhadores do funcionalismo público, a CNTSS convida toda a base dos sindicatos filiados para uma plenária no dia 13 de janeiro, com o objetivo de definir e organizar ações de mobilização contra o descaso com os servidores.

A CNTSS também orienta seus sindicatos federais a realizarem assembleia com sua base até o dia 12 de janeiro para discutir a adesão à greve do funcionalismo e a entrega dos cargos comissionados de forma articulada - ato já realizado pelos servidores da Receita Federal e do Banco Central.

No caso do Sindsprev-PE, a direção convoca todos os filiados para participar da nossa assembleia a ser realizada em 12 de janeiro, próxima quarta-feira, com primeira convocação às 15h e segunda convocação às 16h, para deliberar sobre mobilização e greve geral do funcionalismo público federal por reajuste salarial para todos os servidores públicos.

A assembleia será no formato híbrido, sendo possível aos filiados do interior - ou mesmo os da RMR que não puderem comparecer presencialmente à sede do sindicato - acessarem e participarem da assembleia através da plataforma Zoom. Para isso, os filiados devem acessar o link <https://sindsprev.org.br/assembleia> ou o QR Code abaixo. Ambos darão acesso a uma lista de presença. Ao assinar um ata, automaticamente o filiado será redirecionado a uma sala do Zoom.

A assembleia também vai deliberar sobre a orientação da CNTSS para entrega dos cargos

de chefia dos servidores federais da seguridade social, assim como foi feito pelos servidores da Receita Federal e Banco Central.

É preciso reforçar, sempre que tratamos deste tema e de outros correlatos, que os funcionários públicos estão desde 2016 sem receber qualquer recomposição salarial. Enquanto isso, Bolsonaro fez pessoalmente um pedido que permitiu uma reserva de R\$ 1,7 bilhão de reajuste para policiais.

Sabemos que tal atitude tem sido uma manobra eleitoreira de Bolsonaro para garantir apoio nas eleições presidenciais de 2022. E o pior: com o aval dos parlamentares, já que o Orçamento 2022 foi aprovado com 51 votos a favor e 20 contra no Senado e 358 votos a favor e 97 contrários na Câmara dos Deputados.

Além dessa afronta, o texto aprovado prevê um valor de R\$ 4,934 bilhões para o fundo eleitoral e de R\$ 16,5 bilhões para as emendas de relatoria.

Nós entendemos que, esse reajuste eleitoreiro dado apenas a um setor dos servidores públicos é mais um ataque deste desgoverno aos servidores públicos em geral. Bolsonaro apenas continua seguindo a linha de desqualificação e descaso com os serviços públicos e seus servidores, prática de seu governo.

Num cenário no qual também os trabalhadores e as trabalhadoras do setor público amargam a perda do poder de compra de seus salários em uma longa estrada sem reajustes, os servidores do Executivo Federal, especialmente os da Saúde e da Previdência, não pararam suas atividades, inclusive precisando dobrar jornadas durante a pandemia.

Este reajuste pretende privilegiar e fidelizar a base eleitoral do governo e, por isso, deve ser repudiado pela sociedade em geral. Nós destacamos ainda que jamais seremos contrários a nenhum reajuste dado a qualquer trabalhador, mas não há como admitir que uma determinada categoria seja privilegiada em detrimento de outras, ainda mais com finalidades eleitoreiras.